



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 09

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/04/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 30/04/2013

ACTA Nº 09

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 09 de abril de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

----- Tendo em conta que foram levantadas algumas dúvidas acerca da convocação dos Srs. Vereadores para a Assembleia Municipal, o Sr. Presidente explicou que os Srs. Vereadores sempre foram informados verbalmente da data da realização das Assembleias Municipais; contudo, para que não houvesse equívoco algum, optou-se por enviar a respetiva Ordem de Trabalhos, à semelhança do que é enviado aos membros da Assembleia Municipal. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - 5ª Alteração do Orçamento 2013

----- Foi presente a 5ª Alteração do Orçamento 2013, no valor de 15.000,00 €. -----
----- A Câmara Municipal, após análise dos documentos, deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- 5º Encontro Motard em Casal da Lapa, dias 19, 20 e 21 de julho
- Pedido de apoio

----- Foi presente uma carta do Grupo Motard Zangões do Asfalto, com sede em Pampilhosa da Serra, a comunicar que está a organizar o 5º Encontro Motard, a realizar nos dias 19, 20 e 21 de julho no lugar de Casal de Lapa, há semelhança de anos transatos.
----- Mais referem que para fazer face às despesas da realização de um evento cada vez mais prestigiante e cada vez maior, gostariam de poder contar com um apoio semelhante ao que lhe tem sido atribuído nos anos anteriores. -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder ao Grupo Motard Zangões do Asfalto, um subsídio no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros) mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Extinção do Arrendamento da Fração C do II Pavilhão Industrial do Alto das Aldeias

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dito o seguinte:-----
----- Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 28/12/2012 (reg. Nº 5683) um ofício subscrito pela sociedade comercial MATERIAIS ELÉCTRICOS DO CENTRO DE JOSÉ MATIAS E A.M. DE ALMEIDA MATIAS, LDA (MATEC), onde solicita o acordo da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Autarquia para revogação do contrato de arrendamento celebrado em 19/03/2012, mediante acordo escrito a tanto dirigido e a anuência da Autarquia para proceder ao pagamento do montante total em dívida em cinco prestações, cada uma no valor de 552,30 € com vencimento no dia 25 de cada mês, solicitando que as mesmas possam ser pagas antecipadamente.-----

----- Face ao exposto e tendo por base a informação dos Serviços Jurídicos sobre o assunto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- 1 - Aceitar a revogação do contrato de arrendamento em questão à data de 31 de dezembro de 2012, abdicando do valor correspondente ao período de pré-aviso em falta.

----- 2 - Celebrar o competente acordo de revogação no qual deverá ser incluído o plano de pagamento proposto, em 5 prestações mensais e sucessivas, no montante de 631,20€ cada, sendo que a primeira prestação deverá ser paga até ao dia 20 de Maio de 2013, vencendo-se as restantes no dia 20 de cada um dos meses subsequentes, até integral pagamento.-----

----- 3 - Conferir poderes ao Sr. Presidente para assinar o referido acordo de revogação.

----- 4 - Agendar com representante da empresa arrendatária a realização de fiscalização/visita ao imóvel para, conjuntamente, se proceder à verificação do estado do mesmo e, cumpridos os pressupostos da cláusula décima segunda do Contrato de Arrendamento em questão, rececionar o mesmo e todas as chaves. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Zona Industrial de Portela de Unhais / Solicitação de cancelamento de garantia bancária

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----

----- Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, no dia 12 de Abril de 2013, um requerimento subscrito pelo Sr. Júlio Nunes Martins Gonçalves, proprietário do Lote nº 6 da Zona Industrial de Portela de Unhais, no qual solicita o cancelamento da garantia bancária, no valor de 16.119,22 Euros, que o mesmo apresentou na data da celebração do contrato de compra e venda celebrado com esta Autarquia. -----

----- Face ao exposto e de acordo com a Informação dos Serviços Jurídicos sobre o assunto, a Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade não autorizar o cancelamento da garantia bancária em questão, enquanto não estiver concluída a construção da edificação do referido Lote 6 e não for emitida a respetiva licença de utilização. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 - Afetação de artigo matricial urbano, n.º 657 da Freguesia de Pessegueiro, ao domínio público municipal

- Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando que, segundo informação dos Serviços de Fiscalização da Autarquia, aquando da beneficiação dos arruamentos levados a cabo na povoação de Coelhal, freguesia de Pessegueiro, do concelho de Pampilhosa da Serra, foi ocupado um terreno rústico, cedido gratuitamente pelo Senhor Henrique de Almeida (NIF 114638810); -----

----- Considerando que as estradas e os caminhos municipais pertencem ao domínio de circulação das autarquias locais e, portanto, ao domínio público do Município, a área desse terreno passou a integrar o domínio público municipal. -----

----- Desconhecendo-se, ao tempo, o artigo matricial a que correspondia tal imóvel não foi possível proceder à respetiva regularização junto do serviço de finanças de Pampilhosa da Serra. -----

----- Não obstante, considerando que o terreno, entretanto, foi identificado como o correspondente ao artigo matricial n.º 657 da Freguesia de Pessegueiro, concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Com vista à regularização de tal situação, junto do serviço de finanças, sugere-se que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo matricial urbano, ao domínio público municipal, nos termos da al. A), do n.º 6 do art. 64º e al. B), do n.º 4 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, atenta a sua atual redação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 - Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a Minuta de Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros) à Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo - ARCDDB, destinado a compartilhar a conclusão de obras no espaço que se destinará ao funcionamento de uma casa de convívio e de uma casa mortuária.-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

2.3.5 - Construção de um Recinto de Festas junto à Escola Primária de Armadouro, Freguesia de Cabril

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

----- Considerando que é intenção desta Autarquia no âmbito do projeto de remodelação da antiga Escola Primária de Armadouro, proceder à construção de um largo público, junto desta, por forma a dotar as futuras instalações de um espaço capaz de suportar a afluência de pessoas/visitantes ao referido local;-----

----- Com vista à concretização de tal propósito procedeu-se à identificação dos terrenos necessários a afetar ao largo público/recinto de festas. Paralelamente, encetaram-se as negociações com os proprietários no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, pela compra ou pagamento de indemnização dos referidos terrenos, por forma a integrá-los no domínio público do Município.-----

----- Assim,-----

----- 1 - Tendo em conta que um dos terrenos necessários à construção do referido largo/recinto de festas é pertença dos Herdeiros de António Gonçalves (NIF: 701.966.610), sendo a herança indivisa representada pelo Cabeça de Casal: Sr. Luciano Gonçalves dos Santos, viúvo, portador do Bilhete de Identidade n.º 590588, emitido em 16/01/2007 pelos SIC de Lisboa, residente na Estrada da Luz, 65, 4º Esqº, 1600-152 S. Domingos de Benfica em Lisboa;-----

----- Proponho que se indemnice o referido Senhor, na respetiva qualidade de Cabeça de Casal de Herança, pela ocupação e afetação da área do referido terreno ao domínio público municipal, designadamente à construção de um largo público/recinto de festas, pelo valor acordado de € 7.000,00 (sete mil euros), calculado tendo em conta que o referido prédio se localiza em Zona Urbana.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O prédio em questão é sito no lugar de Armadouro, Freguesia de Cabril, Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 480 m², inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo nº 433. -----

----- Com vista à regularização da situação junto do serviço de finanças competente, sugiro que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo rústico, ao domínio público municipal, nos termos da a. A), do nº 6 do artº 64º e al. b), do nº 4 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, atenta a sua atual redação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.6 - Construção de um Recinto de Festas junto à Escola Primária de Armadouro, Freguesia de Cabril

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Considerando que é intenção desta Autarquia no âmbito do projeto de remodelação da antiga Escola Primária de Armadouro, proceder à construção de um largo público, junto desta, por forma a dotar as futuras instalações de um espaço capaz de suportar a afluência de pessoas/visitantes ao referido local; -----

----- Com vista à concretização de tal propósito procedeu-se à identificação dos terrenos necessários a afetar ao largo público/recinto de festas. Paralelamente, encetaram-se as negociações com os proprietários no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, pela compra ou pagamento de indemnização dos referidos terrenos, por forma a integrá-los no domínio público do Município. -----

----- Assim, -----

----- Tendo em conta que um dos terrenos necessários à construção do referido largo/recinto de festas é pertença dos Herdeiros de António Fernandes da Costa (NIF: 740.316.800), sendo a herança indivisa representada pela Cabeça de Casal: Sr^a Maria dos Anjos Costa, viúva, portadora do Bilhete de Identidade nº 4055055, emitido em 30/01/1989 pelos SIC de Lisboa, residente na Rua Guilherme Braga, 23, R/C F, 1100-273 em Lisboa; -----

----- Proponho que se indemnice a referida Senhora, na respetiva qualidade de Cabeça de Casal de Herança, pela ocupação e afetação da área do referido terreno o domínio público municipal, designadamente à construção de um largo público/recinto de festas,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

pelo valor acordado de € 7.000,00 (sete mil euros) calculado tendo em conta que o referido prédio se localiza em Zona Urbana, confina com imóvel pertencente ao Município e dá acesso direto para a via pública. -----

----- O prédio em questão é sito no lugar de Armadouro, Freguesia de Cabril, Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 330 m², inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo nº 431. -----

----- Com vista à regularização da situação junto do serviço de finanças competente, sugiro que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo rústico, ao domínio público municipal, nos termos da al. a), do nº 6 do artº 64º e al. b), do nº 4 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, atenta a sua atual redação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.7 - Construção de um Recinto de Festas junto à Escola Primária de Armadouro, Freguesia de Cabril

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Considerando que é intenção desta Autarquia no âmbito do projeto de remodelação da antiga Escola Primária de Armadouro, proceder à construção de um largo público, junto desta, por forma a dotar as futuras instalações de um espaço capaz de suportar a afluência de pessoas/visitantes ao referido local; -----

----- Com vista à concretização de tal propósito procedeu-se à identificação dos terrenos necessários a afetar ao largo público/recinto de festas. Paralelamente, encetaram-se as negociações com os proprietários no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, pela compra ou pagamento de indemnização dos referidos terrenos, por forma a integrá-los no domínio público do Município. -----

----- Assim, -----

----- Tendo em conta que um dos terrenos necessários à construção do referido largo/recinto de festas é pertença do Sr. Manuel Gonçalves e mulher Albertina dos Prazeres dos Santos, casados no regime da comunhão geral de bens, contribuintes fiscais nºs 112.199.690 e 113.297.807, respetivamente, titulares dos B.I nºs 2418125, emitido em 18/09/1986 e B.I. nº 1565172, emitido em 13/08/1984, ambos pelos CICC de Lisboa, residentes na Rua da Verónica, nº 50, 3º andar esquerdo, em Lisboa, encontrando-se



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

inscrito e descrito a favor dos mesmos; -----

----- Proponho que se efetue a compra aos referidos proprietários pelo valor acordado de € 7.000,00 (sete mil euros) calculado tendo em conta que o referido prédio se localiza em Zona Urbana, confina com imóvel pertencente ao Município e dá acesso direto para a via pública. -----

----- O prédio em questão é sito no lugar de Armadouro, Freguesia de Cabril, Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 330 m², inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo n.º 432 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra, sob o n.º 1455 e destina-se a integrar o domínio público municipal, designadamente a construção do largo/recinto de festas supra referido. -----

----- Com vista à regularização da situação junto do serviço de finanças competente, sugiro que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo rústico, ao domínio público municipal, nos termos da al. a), do n.º 6 do art.º 64º e al. b), do n.º 4 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, atenta a sua atual redação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar o respetivo título de compra e venda do prédio supra identificado, e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.3.1 - Clube BTT "Os Cremalheiras Empenados"

- V Passeio BTT - Rota da Encosta da Ovelha
- Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas

----- Foi presente uma Informação da Secção Administrativa, a dar parecer sobre o pedido formulado pelo Clube BTT "Os Cremalheiras Empenados", para que lhes seja concedida a isenção do pagamento das taxas referentes ao licenciamento do evento que vão realizar no dia 19 de maio do corrente ano, V Passeio BTT - Rota da Encosta da Ovelha. A referida Informação comunica que, de acordo com os n.ºs 1 e 2 dos artigos 8º e 9º, respetivamente, do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, poderá ser concedida a isenção das taxas; contudo, submetem à consideração superior. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PARTICULARES

3.1.1 - Edifício em ruínas na localidade de Cabril

Processo Vist. Diversas n.º 02/2009

Registo n.º -/2013

Proprietários: Manuel Martins Alves, CCH de, representada por Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, e demais herdeiros

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras – Obras Particulares, do seguinte teor: -----

----- "O imóvel, sito na Rua Principal, na localidade e freguesia de Cabril, concelho de Pampilhosa da Serra, foi alvo de vistoria em 04/05/2009, tendo as proprietárias do imóvel, as Senhoras Olindina Alves da Graça, Alice Jesus Martins, Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, Maria de Lurdes Martins Araújo e Maria Lúcia Martins Alves, sido notificadas, através dos ofícios n.ºs 03114, 03115, 03116, 03117 e 03118, nos quais lhe eram impostas obras de correção de anomalias verificadas.-----

----- O processo já se arrasta há bastante tempo, não obstante terem sido impostas obras de correção a realizar imediatamente atendendo às condições verificadas no local, as proprietárias, pelas mais variadas razões não procederam às correções descritas no citado relatório.-----

----- Em sede de audiência prévia para tomada posse administrativa do imóvel por parte do Município, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, foram as proprietárias, Olindina Alves da Graça, Alice Jesus Martins, Maria Lúcia Martins Alves e Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, através dos ofícios n.ºs 01324, 01325, 01326, 01327, datados de 16/02/2011, e posteriormente em 21/02/2011, a proprietária, Maria de Lurdes Martins Araújo, por esta ter vindo informar da sua existência, através do ofício n.º 01400, informadas do valor obtido e final do custo dos trabalhos a realizar, de acordo com o orçamento anexo ao presente processo de vistoria.-----

----- Durante o prazo de audiência prévia, foram recebidas pronunciações escritas, registadas neste Município sob os n.ºs 1140 de 24/02/2011, 1166 de 25/02/2011, 1332 de 07/03/2011, 1385 de 10/03/2011 e 1626 de 22/03/2011, onde as proprietárias, Olindina Alves da Graça, Alice Jesus



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Martins, Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, Maria de Lurdes Martins Araújo e Maria Lúcia Martins Alves, respetivamente, vieram expressar a sua concordância quanto ao valor do orçamento efetuado e solicitar que o pagamento do mesmo seja feito em prestações. -----

----- Em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada 10/05/2011, foi presente uma informação dos serviços técnicos de obras particulares, datada de 02/05/2011, na qual foi submetida à apreciação a tomada de posse administrativa do imóvel, a descrição dos trabalhos de correção a realizar coercivamente, o orçamento relativo à execução dos mesmos e a forma de pagamento por prestações solicitada pelas proprietárias, tendo sido deliberada a posse administrativa, em termos definitivos, do prédio em ruínas e a execução coerciva das obras determinadas em sede de vistoria, e às despesas realizadas com a execução das mesmas, a aplicação do disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, o pagamento em seis prestações, de acordo e pela forma prevista no art.º 17º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Da referida deliberação fez público o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos termos do n.º 1 do art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo e para os efeitos previstos nos art.ºs 107.º e 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, através do edital de posse administrativa, datado de 16/06/2011, da deliberação desta Câmara Municipal tomada em sua Reunião ocorrida em 10/05/2011, na qual foi determinada, em termos definitivos, a posse administrativa do imóvel em ruínas sito na Rua Principal, na localidade e freguesia de Cabril, concelho de Pampilhosa da Serra, a fim de proceder à execução coerciva dos trabalhos indicados no auto de vistoria emitido 19/03/2009, nomeadamente a: -----

- Demolição das partes que ameaçam ruína (paredes e cobertura);-----*
- Retirada das madeiras e depósito em vazadouro bem como de todos os entulhos resultantes da demolição e da parte que já ruuiu.-----*

----- Tendo nela sido referida que a posse administrativa do imóvel manter-se-ia pelo prazo de 90 dias, nos termos do n.º 8 do art.º 107º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com o orçamento apenso ao Processo de Vistorias Diversas n.º 02/2009, seria aplicado o disposto no art.º 108º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, sendo o pagamento efetuado de acordo com a deliberação desta Câmara Municipal tomada em sua Reunião ocorrida em 10/05/2011.-----

----- Do mesmo foi dado conhecimento às proprietárias, mediante o envio de cópia do citado edital, através dos ofícios n.ºs 03827, 03828, 03829, 03830 e 03831, datados de 20/06/2011. -----

----- Posteriormente, foram rececionadas comunicações das proprietárias onde as mesmas expressaram a sua dificuldade em fazer face às despesas associadas à execução coerciva das obras, propondo para tal como forma de pagamento a doação da suas quotas-partes na herança, tendo uma das proprietárias, a Senhora Olindina Alves da Graça, salientado que o imóvel é parte de uma



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

herança indivisa, cabendo ao cabeça de casal da herança administrá-la e receber as notificações que se lhe refram.-----

----- *Face às questões e dúvidas suscitadas, entenderam os serviços de obras particulares deste Município, salvo melhor e mais correta opinião, que seria desaconselhável proceder-se de imediato à posse administrativa do imóvel para execução coerciva das obras, sem que primeiramente se procedesse ao esclarecimento das mesmas.*-----

----- *Todavia importa referir que o imóvel continua a constituir perigo para quem aí circule ou na sua proximidade, bem como um foco de insalubridade para o local e suas imediações, conforme se pode constatar no registo fotográfico dos serviços de fiscalização de 04/06/2012, efetuado aquando da averiguação da informação constante do ofício enviado pelo Presidente da Junta de Freguesia do Cabril a este Município, registado sob o n.º 2361 (Registo Geral) de 28/05/2012, onde comunicou que o edifício oferece cada vez mais perigo, pelo que carece de intervenção.*-----

----- *Face ao exposto, importa salientar que, de acordo com o disposto no art.º 2079.º do Código Civil, referente ao Capítulo VIII – “Administração da Herança”, citamos, “A administração da herança, até à sua liquidação e partilha, pertence ao cabeça de casal”, que no prédio urbano em apreço, inscrito na matriz urbana da freguesia de Cabril sob o n.º 228, é exercida por Manuel Martins Alves – Cabeça de Casal da Herança de, com morada em Rua Almeida Garrett, 14 – 1.º Esq., Odivelas, 2675-000 Odivelas, conforme consta da Caderneta Predial Urbana do mesmo.*-----

----- *Desse facto, foi notificado Manuel Martins Alves – Cabeça de Casal da Herança de, representada pela Sra. Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, através do ofício n.º 3211, datado de 21/06/2012, para tomar as necessárias diligências por forma a ser dado cumprimento ao determinado em sede de vistoria ou em caso de manifesta impossibilidade, de vir comunicar a mesma, assumindo, enquanto administradora da herança, os encargos já comunicados, associados à execução coerciva das obras, para que se procedesse à posse administrativa do imóvel para execução das mesmas.*-----

----- *Em resposta à referida notificação, veio a Sra. Preciosa da Conceição Almeida Martins Alves, através da comunicação escrita datada de 13/07/2012, registada neste Município sob o n.º 3293 (Registo Geral), informar que apesar de a sua morada constar da Caderneta Predial Urbana do prédio urbano em apreço, como a morada de Martins Alves – Cabeça de Casal da Herança de, somente se deve ao facto de ter sido a única herdeira a tratar das questões administrativas e fiscais à data da morte dos seus pais, uma vez que caberia, de acordo com a lei, à sua irmã mais velha o desempenho da função de cabeça de casal da herança, tendo acrescentado que cabe a todos os proprietários, o pagamento das despesas da execução coerciva da obra.*-----

----- *Face às dúvidas suscitadas pelo teor da citada comunicação, foi pelos serviços técnicos de obras particulares solicitada aos serviços jurídicos, a necessária averiguação da questão da titularidade enquanto cabeça de casal da herança e as obrigações de tal situação, tendo os serviços jurídicos salientado, no seu parecer datado de 24/08/2012, apenso ao presente processo de vistoria, que no âmbito dos poderes da administração, efetivamente cabe ao cabeça de casal velar pela conservação e manutenção de todo o património hereditário e suportar os custos dessa administração, prestando contas perante os demais herdeiros, e que estando-se, no presente caso,*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

perante um imóvel a necessitar de intervenção de que são titulares vários herdeiros, todos eles são responsáveis solidariamente pelos custos da mesma, devendo os mesmos, após a posse administrativa e a execução das obras, serem notificados para efetuarem o pagamento do seu custo total, sob pena de, caso assim não seja feito, por todos ou por um dos herdeiros, proceder-se à execução da herança indivisa porquanto esta ter legitimidade passiva. -----

----- Pelo exposto, aclaradas que estão as questões e dúvidas suscitadas que tornaram desaconselhável a posse administrativa do imóvel para execução coerciva das obras deliberada em reunião de Câmara Municipal de 10/05/2011, face à necessidade de intervenção no imóvel em apreço, propõem os serviços de obras particulares deste Município que seja determinada, em termos definitivos, a posse administrativa do prédio em ruínas e a execução coerciva das obras determinadas em sede de vistoria, de acordo com o disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma, que a seguir se descrevem:-----

- Demolição das partes que ameaçam ruína (paredes e cobertura);-----*
- Retirada das madeiras e depósito em vazadouro bem como de todos os entulhos resultantes da demolição e da parte que já ruiu.-----*

----- Mais se propõe que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 2.940,88 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, seja aplicado o disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, podendo o pagamento ser efetuado por prestações, até ao máximo de doze, de acordo e pela forma prevista no art.º 17.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- À consideração superior. "-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da Informação dos Serviços Técnicos de Obras - Obras Particulares. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 - Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais _ Esteiro - Liberação de caução

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais _ Esteiro", a firma Eirinhas Construções, Lda apresentou em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

03/04/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 29 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Sr. Manuel dos Santos Augusto. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a devolução do montante de 8.081,14 € (oito mil, oitenta e um euros e catorze cêntimos) correspondente a 30% do valor total das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- A citada devolução deverá ser em dinheiro das retenções efetuadas pelo Município. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 - Rede Pública de Drenagem de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes _ Liberação de caução

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Rede Pública de Drenagem de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes", a firma Eirinhas Construções, Lda apresentou em 03/04/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 29 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Sr. Manuel dos Santos Augusto. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, não



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a devolução do montante de 8.808,01 € (oito mil, seiscentos e oito euros e um cêntimo) correspondente a 30% do valor total das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- A citada devolução deverá ser em dinheiro das retenções efetuadas pelo Município. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Construção da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra _ Liberação de caução

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Construção da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra", a firma Calado & Duarte Ldª apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente ao nível do revestimento do deck e da iluminação. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 60% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
 ----- 1) Garantia bancária nº GAR/10302204 emitida em 27/04/2010 pelo Banco BPI, S.A., no montante de 192.583,17 €; -----
 ----- 2) Garantia bancária nº GAR/10306340 emitida em 22/12/2010, pelo Banco BPI, S.A., no montante de 57.384,70 €; -----
 ----- 3) Retenção de 3.247,60 € aquando do pagamento do auto de medição nº 15. -----
 ----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-
 ----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/10302204 emitida em 27/04/2010 pelo Banco BPI, S.A., de 192.583,17 € para 101.286,19 €; -----
 ----- b) Libertação da garantia bancária nº GAR/10306340 emitida em 22/12/2010 pelo Banco BPI, S.A., no montante de 57.384,70 €; -----
 ----- c) Devolução do montante de 3.247,60 €, retido aquando do pagamento do auto de medição nº 15. À consideração superior." -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.4 - Plano de Aldeia de Fajão_Acessibilidades_Reabilitação Urbana_Liberação de caução

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
 ----- " Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada "Plano de Aldeia de Fajão_Acessibilidades_Reabilitação Urbana", a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de libertação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----
 ----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .
 ----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----
 ----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.
 ----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
----- 1) Retenção de 8.830,50 € aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2:-----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-
----- a) Devolução do montante de 2.649,15 €, retido aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2. À Consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.5 - Reparação da Estrada Municipal entre Janeiro de Baixo e Esteiro_Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Janeiro de Baixo e Esteiro”, a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----
----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .
----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----
----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.
----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----
----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
----- 1) Garantia bancária nº GAR/08305734, emitida pelo Banco BPI,S.A., em 22/07/2008 no montante de 1.346,50 €; -----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-
----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08305734 emitida em 22/07/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 1.346,50 € para 336,63 €. À consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.6 – Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Aldeias _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre EN e Aldeias”, a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08305737, emitida pelo Banco BPI,S.A., em 22/07/2008 no montante de 835,50 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08305737 emitida em 22/07/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 835,50 € para 208,88 €. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.7 – Reparação da Estrada Municipal para o Arranhadouro _ Liberação de caução



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal para o Arranhadouro”, a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08302611, emitida pelo Banco BPI,S.A., em 02/04/2008 no montante de 5.750,25€; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08302611 emitida em 02/04/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 5.750,25€ para 575,03€. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.8 - Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e o PT _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e o PT”, a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08302612, emitida pelo Banco BPI, S.A., em 02/04/2008 no montante de 4.041,00 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08302612 emitida em 02/04/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 4041,00 € para 404,10 €. À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.9 – Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Janeiro de Baixo _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Janeiro de Baixo”, a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
----- 1) Garantia bancária nº00346304, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., em 19/11/2008 no montante de 4.734,85 €; -----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-
----- a) Redução do montante da garantia bancária nº 00346304 emitida em 19/11/2008 pelo Banco Espírito Santo, S.A., de 4.734,85 € para 1.183,71 €. À consideração superior."-----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.10 - Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Fajão e Central Elétrica _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Fajão e Central Elétrica", a firma Calado & Duarte Lda apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----
----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .
----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----
----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente algumas partes em que o betão se encontra partido. -----
----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90 % do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----
----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----
----- 1) Garantia bancária nº GAR/08304640, emitida pelo Banco BPI, SA., em 17/06/2008 no montante de 3357,00 €; -----
----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-
----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08304640 emitida em 17/06/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 3.357,00 € para 335,70 €. À consideração superior."-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.11 - Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Casa do Guarda e Cruzamento para Vidual _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Casa do Guarda e Cruzamento para Vidual”, a firma Calado & Duarte Ldª apresentou em 19/03/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto .

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 16 de abril de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente algumas partes em que o betão se encontra partido. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 90 % do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08304644, emitida pelo Banco BPI, SA., em 17/06/2008 no montante de 3.114,80 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08304644 emitida em 17/06/2008 pelo Banco BPI, S.A., de 3.114,80 € para 311,48 €. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.2.12 – Receção definitiva e libertação de caução

Empreitada: Reabilitação de um Edifício na Praça Barão de Louredo

Adjudicatário: J.R.D., Construção de Edifícios, Ldª

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- “ Em 23/11/2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 05820000363880019 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, no valor de 4.621,40 € e para reforço da garantia foi retida a quantia de 4.621,39 € aquando do pagamento dos autos nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitivo anexo, libertada a garantia bancária acima mencionada e devolvida a quantia de 4.621,39 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 – Gabinete Florestal e Agricultura

4.1.1 – Prejuízos causados por animais de grande porte (Veado)

- Queixosa: Fernanda Manuela Simões - Aldeia do Meio / Pampilhosa da Serra

----- Foi presente a Informação nº 07/2013 do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----
----- “Tendo por base a informação nº 47-13 dos serviços de fiscalização deste Município, sobre o assunto em epígrafe, cabe-me informar que: -----

--- - Efetivamente a propriedade da queixosa encontra-se dentro da Zona de Caça Municipal; -
----- - A pretensão da queixosa de ser ressarcida do valor do prejuízo/indenização pelos estragos causados pelo Veado/Corso, não faz sentido uma vez que o pomar ainda é muito jovem, árvores de pequeno porte, algumas das quais ainda sem produção significativa. -----

----- No que respeita à segunda pretensão da queixosa, que lhe compartilhassem com algum valor a fim de poder vedar os terrenos, não ia resultar uma vez que pelo declive apresentado, a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

vedação não iria impedir a entrada dos veados.-----

----- *Mas, efetivamente, como se pode visualizar nas fotografias, as árvores de fruta e algumas oliveiras foram danificadas e os estragos só podem ter sido causados por animal/animais de grande porte, nomeadamente veados ou corsos. Nesse sentido o município pode autorizar a queixosa e proprietária do terreno, Fernanda Manuela Simões, ou um caçador por ela designado, a proceder a espera do veado, com isenção de pagamento de taxas, por um período de 5 ou mais dias, consecutivos ou não. À consideração superior.*-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a proprietária do terreno, Fernanda Manuela Simões ou um caçador por ela designado, a proceder a espera do veado, com isenção de pagamento de taxas, por um período de 5 dias, consecutivos ou não. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - AÇÃO SOCIAL

5.1.1 - Apoio nas Mensalidades da Residência de Estudantes

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social do seguinte teor: -----

----- *" Com a entrada de novos alunos na Residência de Estudantes e à semelhança de situações anteriores, a direção da Residência de Estudantes comunicou ao Município o nome dos alunos e o escalão.* -----

----- Assim, face a esta situação, propõe-se o apoio nas mensalidades dos seguintes alunos: -----

Nome	Escalão	Mensalidade Valor Atual	Mensalidade Apoio Município	Valor final
David Antunes Gonçalves	2 (B)	83,84 €	62,88 €	20,96 €
Rui Miguel Nunes Ferreira	1 (A)	41,92 €	33,54 €	8,38 €

----- *À consideração superior.*-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5.2 - CULTURA

5.2.1 - "A Gotinha de Água e as suas Aventuras"

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência da edição de 100 exemplares do livro "A Gotinha de Água e as suas Aventuras", pelo Município, há necessidade de definir o preço unitário de venda ao público. Assim, atendendo ao valor global da edição, no montante de 861,00 €, com IVA incluído, propõe-se a V.Exª que o preço de cada exemplar seja fixado em 9,00 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2.2 - Proposta de Normas de Participação - XVI Feira de Artesanato e Gastronomia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- " Atendendo à necessidade de se proceder à abertura das inscrições para a XVI Feira de Artesanato e Gastronomia de Pampilhosa da Serra, a decorrer de 14 a 17 de Agosto, junto se remete, para análise e decisão, a proposta das "Normas de Participação" para a edição de 2013. À consideração superior." -----

----- A Câmara Municipal, após análise do referido documento, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, António José, que a subscrevi. -----

J. A. Pacheco Brito Dias
António José